



Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro



Boletim Estatístico Anual da Dívida Pública nº1

Praia,
dezembro de 2018

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Ministério das Finanças

Edição

Direção Geral do Tesouro

Hernâni Trigueiros - Diretor-Geral do Tesouro

Coordenação

Ministério das Finanças / Direção Geral do Tesouro / Serviço de Operações Financeiras

Olavo Correia - Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças

Hernâni Trigueiros - Diretor-Geral do Tesouro

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Redação

Serviço de Operações Financeiras

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Marco Inocêncio - Técnico do Serviço de Operações Financeiras

Maria de Fátima Lopes - Técnica do Serviço de Operações Financeiras

Emanuel Moreira - Técnico Especialista

João Apolónio Furtado - Técnico Sénior

Maquetagem

Valdyr Ramos/MF/UTIC

Fotografia

Arquivo MF/ Internet

Periodicidade

Trimestral

Endereço

Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro

Av. Amílcar Cabral, CP: 102

Tel.: +238 260 74 31 / Fax.: +238 261 58 44

Email: dgt.caboverde@mf.gov.cv

Ilha de Santiago, República de Cabo Verde

I - ÍNDICE

II - ENQUADRAMENTO.....	4
III – SIGLAS	6
IV – QUADROS	8
IV.1 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL	9
IV.1.1 – Stock	9
IV.2 - DÍVIDA EXTERNA	10
IV.2.1 – Stock	10
IV.2.2 - Fluxos	11
IV.3 - NOVOS ACORDOS	15
IV.3 - DÍVIDA INTERNA	15
IV.3.2 – Fluxos	15
IV.4 - INFORMAÇÃO MACROECONÓMICA	17
GLOSSÁRIO	18

II - ENQUADRAMENTO

O Governo de Cabo Verde tem como meta importante da sua governação, garantir a credibilidade e a confiança junto dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, a nível nacional e internacional. A publicação dos dados da dívida pública, enquadra-se nesta política no que se refere à transparência de gestão do património físico e financeiro do Estado.

O Boletim Estatístico (BE) da Dívida Pública da República de Cabo Verde surge neste contexto, com o objetivo principal de fornecer/divulgar informações estatísticas sobre o stock e fluxos da dívida pública.

A elaboração do BE enquadra-se nas recomendações e exigências de qualidade estatística emanadas das melhores práticas internacionais de gestão da dívida, recomendadas pelas instituições e organismos internacionais (ex: BM, FMI e UNCTAD). O mesmo é elaborado através de uma base de dados consistente, completa e precisa e constitui uma base de tomada de decisão assertiva e atempada no tange a política de endividamento e de políticas correlativas com o endividamento do país.

Trata-se de um importante instrumento de acompanhamento da gestão da dívida pública que se destina aos principais intervenientes responsáveis pela gestão das Finanças Públicas, assim como às instituições financeiras nacionais e internacionais, parceiros de desenvolvimento, Instituições universitárias, Investigadores/académicos, contribuintes e público em geral.

A abrangência do BE é a dívida do Governo Central e a fonte de informações divulgadas é o Ministério das Finanças.

O critério de classificação da dívida externa e interna é a da residência do credor e os valores nos quadros apresentados estão expressos em milhões de Escudos Cabo-Verdianos.

III - SIGLAS

ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África
BAI	Banco Angolano de Investimento
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCV	Banco de Cabo Verde
BEI	Banco Europeu do Investimento
BIA	Banco Inter-Atlântico
BT	Bilhetes do Tesouro
BCN	Banco Cabo-verdiano de Negócios
CCV	Correios de Cabo Verde
CECV	Caixa Económica de Cabo Verde
DNP	Direcção Nacional do Planeamento
DNOCP	Direcção Nacional de Orçamento e Contabilidade Pública
DGT	Direcção Geral do Tesouro
FAD	Fundo Africano para o Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Garantia	Companhia de seguros (privada nacional)
IDA	Agência Internacional do Desenvolvimento
IFH	Instituto do Fomento da Habitação (Imobiliária)
IMPAR	Seguradora (nacional)
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MF	Ministério das Finanças
OGE	Orçamento Geral do Estado
OT	Obrigações do Tesouro
OTNS	Obrigações do Tesouro – Nova Série
PPIP	Programa Plurianual de Investimento Público
PROMOTORA	Sociedade de Capital de Risco (nacional)
TC	Tribunal de Contas

IV - QUADROS

IV.1 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL

IV.1.1 – Stock

IV.1.1.1 - Composição e indicadores da Dívida Pública 2017 (Em milhões de CVE)

	2015	2016	2017
Saldo da Dívida Pública	200.013,0	211.923,9	218.094,8
% do PIB	126,0%	127,8%	125,8%
Dívida Externa	154.014,9	159.351,9	162.398,3
Dívida Interna	45.998,1	52.572,0	55.696,5
Total Desembolsos	24.271,1	21.668,5	22.482,9
% do PIB	15,29%	13,07%	12,97%
Dívida Externa	13.010,5	7.068,4	10.136,8
Dívida Interna (Emissão) a)	11.260,6	14.600,0	12.346,1
Total Serviço da Dívida	11058,3	12208,3	12.877,0
% das Exportações	16,9%	15,2%	13,7%
% das Receitas do Estado	25,9%	25,1%	22,3%
% das Reservas Internacionais	22,1%	18,5%	19,4%
Dívida Externa	4.182,0	4.361,7	5.002,7
Dívida Interna	6.876,3	7.846,6	7.874,3
Memória: PIB	158.699,1	165.782,2	173.382,9
Exportações	65.575,7	72.806,7	80.599,9
Receitas do Estado	42.677,7	44.107,5	49.504,6
Reservas Internacionais	49.998,0	59.692,3	57.103,0

IV.1.1.2 - Stock da Dívida Pública Total

Milhões de CVE e USD ao câmbio do final de período

	2015		2016		2017	
	USD	CVE	USD	CVE	USD	CVE
Dívida Externa	1.521,3	154.014,9	1.516,8	159.351,9	1.714,1	162.398,3
Curto Prazo						
Longo Prazo	1.521,3	154.014,9	1.516,8	159.351,9	1.714,1	162.398,3
Dívida interna	0,0	45.998,1	0,0	52.572,0	0,0	55.696,5
Curto Prazo				0,0		1.490,6
Longo Prazo		45.998,1		52.572,0		54.205,9
TOTAL	1.521,3	200.013,0	1.516,8	211.923,9	1.714,1	218.094,8

IV.2 - DÍVIDA EXTERNA

IV.2.1 – Stock

IV.2.1.1 - Stock da Dívida Pública Externa (Em milhões CVE)

	2015	2016	2017	% do total 2017
Credores Oficiais				
<i>Multilateral</i>	72.730,3	74.382,9	73.341,3	45,2%
<i>Bilateral</i>	34.687,4	35.986,9	39.537,3	24,3%
<i>Comerciais</i>	46.660,8	48.294,7	49.519,7	30,5%
TOTAL	154.078,6	158.664,6	162.398,3	100%

IV.2.1.2 - Stock de Dívida Externa por Vencimentos e Tipo de Juros (Em milhões de CVE)

Maturidade	2017			
	Taxa fixa	Taxa Variável	Taxa Zero	Total
<i>Curto prazo</i>	30,2	0,0	0,0	30,2
<i>Longo prazo</i>	139.036,2	23.259,7	72,2	162.295,9
TOTAL	139.066,4	23.259,7	72,2	162.398,3

IV.2.1.3 - Stock da Dívida Externa do Governo Central por Tipo de Credor e Concessionalidade (Em milhões de CVE)

Tipo de credor	2017	% do total 2017
Bilateral		
<i>Concessional</i>	35.816,9	22,1%
<i>No concessional</i>	3.720,4	2,3%
Multilateral		
<i>Concessional</i>	70.441,5	43,4%
<i>No concessional</i>	2.899,8	1,8%
Bancos comerciais		
<i>Concessional</i>	49.519,7	30,5%
<i>No concessional</i>	0,0	0,0%
Otros		
TOTAL	162.398,3	100,0%

IV.2.1.4 - Stock da Dívida Externa do Governo Central por Juros e Taxa (Em milhões de CVE)

Taxa de câmbio	2017	% do total 2017
Taxas variáveis		
LIBOR 3 meses		
LIBOR 6 meses		
LIBOR 12 meses		
EURIBOR 3 meses		
EURIBOR 6 meses	23.259,7	14,3%
EURIBOR 12 meses		
Outro variáveis		
Taxas fixas		
0% a 0.99%	63.141,4	38,9%
1% a 2.49%	73.115,5	45,0%
2.5% a 4.99%	2.593,5	1,6%
5% a 9.99%	288,2	0,2%
10% e mais		
TOTAL	162.398,3	100,0%

IV.2.2 – Fluxos

IV.2.2.1 - Desembolso da Dívida Externa por Instrumento (Em milhões CVE)

	2015	% do total	2016	% do total	2017	% do total
Governo Central						
Curto prazo						
Empréstimos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%
Longo prazo						
Empréstimos	13.010,5	100%	7.068,4	100%	10.136,8	100%
TOTAL	13.010,5	100%	7.068,4	100%	10.136,8	100%

IV.2.2.2 - Desembolsos por Sector/ Área Económica (Em milhões CVE)

Sector económico	2015	2016	2017	% do total 2017
Agricultura	878,1	220,7	226,0	2,2%
Água e Saneamento	979,2	390,3	3.054,9	30,1%
Ajuda Orçamental	2.652,5	0,0	2.205,3	21,8%
Educação	101,6	222,4	415,3	4,1%
Tecnologia de Informação	5,6	15,6	1.120,8	11,1%
Infraestrutura Rodoviária	652,0	123,4	0,0	0,0%
Saúde	332,9	104,8	23,6	0,2%
Infraestrutura Aeroportuária	361,7	407,0	739,5	7,3%
Infraestrutura Portuária	1.489,5	2.502,9	225,8	2,2%
Energia	2.771,5	998,9	623,2	6,1%
Habitação	2.295,0	1.633,9	1.224,9	12,1%
Luta contra pobreza	232,0	287,6	273,7	2,7%
Reforma Institucional	10,5	0,0	0,0	0,0%
Pescas	248,3	161,1	3,8	0,0%
TOTAL	13.010,5	7.068,4	10.136,8	100,0%

IV.2.2.3 - Desembolsos por credor (Em milhões CVE)

	2015		2016		2017		variação 2016-2017	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	valor	%
Credores Oficiais								
<i>Multilateral</i>	7.426,6	57,1%	3.816,1	54,0%	3.734,7	36,8%	-81,4	-2,1%
FAD	335,2	2,6%	103,0	1,5%	33,4	0,3%	-69,6	-67,6%
BM/IDA	1.706,8	13,1%	211,0	3,0%	3,8	0,0%	-207,2	-98,2%
BM/IBRD	557,6	4,3%	171,3	2,4%	69,8	0,7%	-101,6	-59,3%
BADEA	732,8	5,6%	239,3	3,4%	325,3	3,2%	86,0	36,0%
BAD	2.021,3	15,5%	422,6	6,0%	3.030,4	29,9%	2607,8	617,1%
BEI	1.190,9	9,2%	2.368,5	33,5%	0,0	0,0%	-2368,5	-100,0%
OPEC	532,2	4,1%	31,5	0,4%	0,0	0,0%	-31,5	-100,0%
FIDA	191,6	1,5%	269,0	3,8%	272,1	2,7%	3,1	1,1%
NDF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
NTF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
CEDEAO	158,3	1,2%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
<i>Bilateral</i>	2.844,8	21,9%	1.618,5	22,9%	5.177,1	51,1%	3.558,7	219,9%
China	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1.035,2	10,2%	1035,2	0,0%
Kuwait	72,8	0,6%	184,0	2,6%	232,1	2,3%	48,2	26,2%
Portugal	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
South Africa	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Saudi Fund	40,8	0,3%	123,3	1,7%	206,8	2,0%	83,4	67,7%
Abu Dhabi	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Russia	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Belgica	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Austria	320,9	2,5%	19,8	0,3%	0,0	0,0%	-19,8	-100,0%
ICO (Espanha)	220,2	1,7%	207,9	2,9%	225,8	2,2%	17,9	8,6%
CACEX	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
KFW	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Japão	1.498,5	11,5%	1.036,2	14,7%	541,8	5,3%	-494,3	-47,7%
AFD	691,6	5,3%	47,2	0,7%	2.935,4	29,0%	2888,1	6115,9%
Credores Privados	2.739,1	21,1%	1.633,9	23,1%	1.224,9	12,1%	-408,9	-25,0%
<i>Comerciais</i>	2.739,1	21,1%	1.633,9	23,1%	1.224,9	12,1%	-408,9	-25,0%
Banco Espírito Santos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Caixa Geral de Depósitos	2.514,4	19,3%	1.633,9	23,1%	1.224,9	12,1%	-408,9	-25,0%
MSF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
BPI	224,7	1,7%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL	13.010,5	100%	7.068,4	100%	10.136,8	100%	3068,4	43,4%

IV.2.2.4 - Serviço da dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (Em milhões CVE)

	2015			2016			2017		
	P	I/C	Total	P	I/C	Total	P	I/C	Total
Credores Oficiais									
<i>Multilateral</i>	1.751,1	652,3	2.403,4	1.900,5	659,8	2.560,3	2.401,4	643,4	3.044,8
FAD	293,7	96,2	389,9	302,5	99,7	402,2	377,3	107,2	484,5
BM/IDA	550,5	219,1	769,5	615,6	212,5	828,1	624,6	229,4	854,0
BM/IBRD		43,8	43,8	0,0	41,6	41,6	172,8	35,6	208,4
BADEA	217,1	61,8	278,9	143,4	70,2	213,6	147,5	70,9	218,4
BAD	147,0	48,1	195,1	237,7	28,4	266,2	419,3	16,4	435,7
BEI	149,1	49,9	199,0	220,0	52,3	272,3	297,4	55,5	352,9
OPEC	238,1	69,9	308,0	239,3	81,3	320,7	238,3	56,1	294,4
FIDA	57,6	18,5	76,1	56,5	17,3	73,8	56,1	18,6	74,7
NDF	5,9	0,9	6,8	11,7	1,5	13,2	11,1	1,4	12,5
NTF	44,4	4,5	48,9	37,2	2,1	39,3	19,6	0,7	20,3
CEDEAO	47,9	39,7	87,5	36,6	52,8	89,3	37,3	51,8	89,0
<i>Bilateral</i>	680,6	342,2	1.022,8	713,6	314,0	1.027,6	810,9	335,3	1.146,2
China	223,4	64,6	288,0	207,8	56,0	263,7	199,1	53,7	252,8
Kuwait	98,5	22,4	121,0	104,3	14,8	119,0	75,1	20,1	95,1
Portugal	211,5	148,3	359,7	272,7	147,7	420,4	262,5	152,8	415,4
South Africa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saudi Fund	0,0	14,5	14,5	0,0	15,3	15,3	19,9	20,9	40,7
Abu Dhabi	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Japão	0,0	18,5	18,5	0,0	20,5	20,5	0,0	19,3	19,3
Russia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AFD	0,0	39,2	39,2	2,4	26,6	29,0	73,5	33,1	106,6
Austria	0,0	17,6	17,6	5,3	18,4	23,7	53,0	20,7	73,6
Belgica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,1	0,0	8,1
ICO (Espanha)	119,7	16,9	136,6	121,3	14,8	136,0	119,7	14,7	134,4
CACEX	27,5	0,2	27,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
MSF									
Credores Privados	0,0	729,0	729,0	0,0	773,8	773,8	0,0	811,8	811,8
<i>Comerciais</i>									
Banco Espírito Santos									
Caixa Geral de Depósitos	0,0	575,0	575,0	0,0	616,9	616,9	0,0	656,6	656,6
KFW		0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0
BPI	0,0	154,0	154,0	0,0	156,9	156,9	0,0	155,2	155,2
TOTAL	2.431,6	1.723,5	4.155,2	2.614,1	1.747,7	4.361,7	3.212,2	1.790,5	5.002,7

IV.2.2.5 - Fluxos e Transferências Líquidas da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (Em milhões CVE)

	Desembolsos em 2017 (A)	Pagamento de principal em 2017 (B)	Fluxos líquidos 2017 (C=A-B)	Juros e comissões 2017 (D)	Transferências líquidas 2017 E=(C-D)
Credores Oficiais					
<i>Multilateral</i>	3.734,7	2.401,4	1.333,4	643,4	690,0
FAD	33,4	377,3	-343,9	107,2	-451,1
BM/IDA	3,8	624,6	-620,8	229,4	-850,2
BM/IBRD	69,8	172,8	-103,1	35,6	-138,7
BADEA	325,3	147,5	177,8	70,9	106,9
BAD	3.030,4	419,3	2.611,0	16,4	2.594,7
BEI	0,0	297,4	-297,4	55,5	-352,9
OPEC	0,0	238,3	-238,3	56,1	-294,4
FIDA	272,1	56,1	215,9	18,6	197,3
NDF	0,0	11,1	-11,1	1,4	-12,5
NTF	0,0	19,6	-19,6	0,7	-20,3
CEDEAO		37,3	-37,3	51,8	-89,0
<i>Bilateral</i>	5.177,1	810,9	4.366,3	335,3	4.030,9
China	1.035,2	199,1	836,1	53,7	782,4
Kuwait	232,1	75,1	157,1	20,1	137,0
Portugal	0,0	262,5	-262,5	152,8	-415,4
South Africa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saudi Fund	206,8	19,9	186,9	20,9	166,0
Abu Dhabi	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Russia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Belgica	0,0	8,1	-8,1	0,0	-8,1
Austria	0,0	53,0	-53,0	20,7	-73,6
ICO (Espanha)	225,8	119,7	106,1	14,7	91,4
CACEX	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
KFW	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Japão	541,8	0,0	541,8	19,3	522,5
AFD	2.935,4	73,5	2.861,9	33,1	2.828,7
Credores Privados	1.224,9	0,0	1.224,9	811,8	413,2
<i>Comerciais</i>	1.224,9	0,0	1.224,9	811,8	413,2
Banco Espírito Santos	0,0	0,0	0,0		0,0
Caixa Geral de Depósitos	1.224,9	0,0	1.224,9	656,6	568,4
MSF	0,0	0,0	0,0		0,0
BPI	0,0	0,0	0,0	155,2	-155,2
TOTAL	10.136,8	3.212,2	6.924,6	1.790,5	5.134,1

IV.2.2.6 - Transações da Dívida Externa Do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (Em milhões CVE)

	Saldo em 31/12/2016	Desembolsos em 2017	Principal operações em 2017	Variação taxa de câmbio	Saldo em 31/12/2017
	taxa de câmbio em 31/12/2016 (1)	Taxa de Câmbio dia da transação (2)	Taxa de Câmbio dia da transação (3)	(4)=5-(1+2-3)	taxa de câmbio em 31/12/2017
Credores Oficiais					
Multilateral	74.382,9	3.734,7	2.401,4	-2.375,0	73.341,3
FAD	12.740,2	33,4	377,3	-603,8	11.792,5
BM/IDA	30.567,1	3,8	624,6	-1.606,9	28.339,4
BM/IBRD	4.297,1	69,8	172,8	0,0	4.194,0
BADEA	4.206,3	325,3	147,5	-393,4	3.990,7
BAD	11.662,1	3.030,4	419,3	0,3	14.273,4
BEI	5.377,8	0,0	297,4	0,0	5.080,5
OPEC	1.493,2	0,0	238,3	554,4	1.809,3
FIDA	1.978,7	272,1	56,1	-234,9	1.959,7
NDF	207,5	0,0	11,1	-11,0	185,4
NTF	19,9	0,0	19,6	-0,3	0,0
CEDEAO	1.833,0		37,3	-79,5	1.716,3
Bilateral	35.986,9	5.177,1	810,9	-815,9	39.537,3
China	2.502,6	1.035,2	199,1	-97,7	3.241,0
Kuwait	1.096,7	232,1	75,1	-102,7	1.151,1
Portugal	15.902,3	0,0	262,5	-6,3	15.633,5
South Africa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saudi Fund	1.736,0	206,8	19,9	-140,2	1.782,8
Abu Dhabi	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Russia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Belgica	80,3	0,0	8,1	0,0	72,2
Austria	1.303,7	0,0	53,0	0,0	1.250,7
ICO (Espanha)	4.347,7	225,8	119,7	13,3	4.467,2
CACEX	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
KFW	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Japão	7.231,3	541,8	0,0	-482,3	7.290,9
AFD	1.786,2	2.935,4	73,5	0,0	4.648,1
Credores Privados	48.294,7	1.224,9	0,0	0,0	49.519,7
Comerciais	48.294,7	1.224,9	0,0	0,0	49.519,7
Banco Espírito Santos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caixa Geral Déposito	39.662,8	1.224,9	0,0	0,0	40.887,8
MSF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BPI	8.631,9	0,0	0,0	0,0	8.631,9
TOTAL	158.664,6	10.136,8	3.212,2	-3.190,9	162.398,3

IV.3 - NOVOS ACORDOS

IV.3.1 - Créditos Contraídos em 2017

Credor	Projecto	Moeda	Montante	Taxa de juro	Maturidade
CHINA	EGOV 2ª Fase	USD	13.000.000,0	2,0%	20
FIDA	POSER	USD	4.000.000,0	0,75%	40
BM/IDA	Reforma do setor de Transporte	USD	27.000.000,0	0,75%	40
BAD	Ajuda Orçamental	EURO	20.000.000,0	0,80%	20

IV.3.2 - Elemento de Concessionalidade do Novo Endividamento – 2017

Projecto	Montante	Taxa de Juro	Maturidade	% de Concessionalidade
EGOV 2ª Fase	13.000.000,0 USD	2,0%	20	28,2%
POSER	4.000.000,0 USD	0,75%	40	57,4%
Reforma do setor de Transporte	27.000.000,0 USD	0,75%	40	57,4%
Ajuda Orçamental	20.000.000,0 Euro	0,8%	20	37,2%

IV.3 - DÍVIDA INTERNA

IV.3.1 - Stock

IV.3.1.1. Perfil de Vencimento da dívida interna do Governo Central (Em milhões CVE)

	2015		2016		2017		2015/2016		2016/2017	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Curto Prazo	-	0,0%	-	0,0%	1.490,6	2,7%	-	-	1.490,6	-
<=3 Meses	-	0,0%	-	0,0%	299,0	0,5%	-	-	299,0	-
>3 Meses <= 6 meses	-	0,0%	-	0,0%	696,5	1,3%	-	-	696,5	-
>6 Meses <= 9 meses	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-	-	-
>9 Meses <= 12 meses	-	0,0%	-	0,0%	495,0	0,9%	-	-	495,0	-
Médio-Longo Prazo	44.196,6	96%	50.625,1	96,3%	53.012,2	95,2%	6.428,5	14,5%	2.387,1	4,7%
> 1 ano <= 3 anos	900,7	87,0%	690,3	82,6%	690,3	88,2%	-210,4	-23,4%	-	0,0%
>3 anos <= 5 anos	10.037,5	969,6%	6.777,2	810,6%	4.666,5	596,5%	-3.260,3	-32,5%	-2.110,7	-31,1%
> 5 anos <= 8 anos	22.912,2	2213,3%	29.155,0	3487,0%	30.145,7	3853,1%	6.242,7	27,2%	990,7	3,4%
>8 anos <= 10 anos	8.516,2	822,7%	12.052,7	1441,5%	15.839,7	2024,6%	3.536,5	41,5%	3.787,1	31,4%
>10 anos <= 15 anos	150,0	14,5%	550,0	65,8%	550,0	70,3%	400,0	266,7%	-	0,0%
>15 anos	1.680,0	162,3%	1.400,0	167,4%	1.120,0	143,2%	-280,0	-16,7%	-280,0	-20,0%
Outros	1.801,5	3,9%	1.946,9	3,7%	1.193,7	2,1%	145,4	8,1%	-753,2	-38,7%
Outros Créditos	1.801,5	3,9%	1.946,9	3,7%	1.193,7	2,1%	145,4	8,1%	-753,2	-38,7%
TOTAL	45.998,1	100%	52.572,0	100%	55.696,5	100%	6.573,9	14,3%	3.124,5	5,9%

IV.3.2 - Fluxos

IV.3.2.1 - Movimentos em valor facial da dívida interna do Governo Central por categoria de empréstimos e tipo de instituição (Em milhões CVE)

	Saldo 31-12-2016 (1)	Emissão/ Desembolsos	Vencimentos/ Reembolsos	Saldo Total 31-12-2017 (4) = (1+2+3)
		2017		
	(2)	(3)		
SECTOR PÚBLICO				
Governo Central				
Sector Bancário	31.404,2	6.337,0	3.504,2	34.237,0
Sector Não Bancário	21.167,8	5.255,9	4.964,2	21.459,5
TOTAL	52.572,0	11.592,9	8.468,4	55.696,5

IV.3.2.2 – Pagamentos planeados do Serviço da Dívida Interna do Governo Central por grupo e tipo de instrumento (Em milhões CVE)

	2015			2016			2017		
	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total
TÍTULOS DE DÍVIDA									
Bilhetes de Tesouro	2.153,3	12,0	2.165,3	2.780,4	8,7	2.789,1	3.277,7	6,7	3.284,4
30-dias			-			-			
55-dias							399,4	0,6	400,0
90-dias	588,9	1,2	590,1	895,2	1,3	896,5	1.786,9	3,4	1.790,2
120-dias									-
180-dias	1.564,4	10,8	1.575,2	1.885,2	7,4	1.892,6	1.091,4	2,7	1.094,2
360-dias			-			-			-
Obrigações de Tesouro	4.723,0	2.354,0	7.077,0	5.391,2	2.446,7	7.543,9	5.190,7	2.676,9	7.559,2
2 anos	-	46,8	46,8	900,7	33,7	934,4	-	-	-
3 anos	1.700,0	164,6	1.864,6	1.065,5	60,6	1.126,1	-	30,7	30,7
4 anos	-	189,6	189,6	1.300,0	177,4	1.477,4	1.550,7	85,5	1.636,2
5 anos	600,0	231,1	831,1	700,0	260,5	960,5	560,0	240,9	800,9
6 anos	613,0	346,8	959,8	440,0	412,1	852,1	950,0	409,2	1.359,2
7 anos	200,0	218,1	418,1	105,0	358,4	463,4	350,0	431,5	781,5
8 anos	300,0	524,2	824,2	300,0	623,0	923,0	1.500,0	740,8	2.240,8
9 anos	-	238,0	238,0	-	289,5	289,5	-	469,3	469,3
10 anos	750,0	239,5	989,5	300,0	217,7	517,7	-	240,6	240,6
11 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos	-	8,1	8,1	-	8,1	-	-	25,8	-
13 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14 anos	-	7,2	7,2	-	-	-	-	-	-
15 anos	280,0	71,0	351,0	-	-	-	-	-	-
16 anos	280,0	9,9	289,9	-	-	-	-	-	-
17 anos	-	9,9	9,9	280,0	1,0	-	-	-	-
18 anos	-	9,9	9,9	-	1,0	-	280,0	0,5	-
19 anos	-	9,9	9,9	-	1,0	-	-	0,5	-
20 anos	-	9,9	9,9	-	1,0	-	-	0,5	-
21 anos	-	9,9	9,9	-	1,0	-	-	0,5	-
22 anos	-	9,9	9,9	-	1,0	-	-	0,5	-
TOTAL	6.876,3	2.366,1	9.242,3	8.171,6	2.455,4	10.333,0	8.468,4	2.683,6	10.843,6

IV.3.3. - Stock de Garantias e Avals em Finais 2017(Em milhões CVE)

Beneficiários	Stock da Dívida Contingente	%
		Total
Águas de Porto Novo	0,0	-
Asa	0,0	-
C. Municipal Porto Novo	67,1	0,5%
C. Municipal Santa Catarina	64,9	0,5%
C. Municipal São Vicente	142,1	1,0%
C. Municipal Paul	89,3	0,6%
Electra	5.078,4	36,5%
Enapor	112,0	0,8%
IFH	2.926,6	21,1%
C. Municipal São Nicolau	6,9	0,0%
TACV	4.651,3	33,5%
Novo Banco	283,4	2,0%
Cabo verde Fast Ferry	159,7	1,1%
Águas de Santiago	267,5	1,9%
C. Municipal Sal	38,9	0,3%
CERMI	7,3	0,1%
TOTAL	13.895,4	100%

IV.4 - INFORMAÇÃO MACROECONÓMICA (Em milhões CVE)

	2015	2016	2017
PIB	158.699,1	165.782,2	173.382,9
Exportações	65.575,7	72.806,7	80.599,9
Reservas Internacionais	49.998,0	59.692,3	57.103,0
Rendas do Governo	42.677,7	44.107,5	49.504,6
Taxa Inflação (%)	0,1	-1,4	0,8
Taxa de Câmbio (Fim do Período)			
EUR	110,265	110,265	110,265
SDR	140,349	140,625	133,088
USD	101,281	104,606	94,745
JPY	0,840	0,896	0,837
RMB	15,602	15,052	14,294
Déficit Primário (% PIB)	1,4	0,4	1,5
Remessas Emigrantes	49.753,6	52.159,5	51.747,1

V - GLOSSÁRIO

Dívida Pública

O termo “dívida pública” é utilizado frequentemente para designar realidades diversas de endividamento, nomeadamente, a dívida do Governo Central ou a dívida de todo o setor público administrativo, resultantes apenas do recurso a empréstimos públicos ou englobando também outras situações passivas, como por exemplo os que resultam do deferimento de pagamento de operações sobre bens e serviços, da retenção de cobranças efetuadas por conta de terceiros, de bonificação de taxas de juros e de avales e garantias concedidos e vencidos, entre outras situações.

Dívida do Governo Central (GC) - são operações de crédito assumidas diretamente pela Administração Central, englobando passivos resultantes de outras situações da responsabilidade direta do Governo Central.

Dívida Pública Interna

São operações de crédito do Estado realizadas no país e em moeda nacional. Podem ser detidas por investidores com residência no território nacional ou no estrangeiro. De se notar que as transações de crédito devem ocorrer no território nacional.

Dívida Externa

São créditos contraídos em divisas, junto de credores com residência no exterior.

Classificação da Dívida externa por tipo de credor

Multilateral – quando o credor é uma instituição de crédito internacional ou regional. A título de exemplo, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento;

Bilateral – quando as transações de crédito ocorrem entre dois países ou instituições de créditos públicos. Por exemplo, empréstimos entre Portugal e Cabo Verde ou entre o Instituto de Crédito Oficial (ICO) de Espanha e a República Cabo Verde;

Comerciais – quando o credor é um banco comercial ou uma empresa privada.

Dívida Pública Externa

É a dívida externa do setor público.

Dívida externa do País

É a dívida externa do setor público acrescida da dívida externa do setor privado do país.

Dívida fundada

Instrumentos de Dívida de médio e longo prazos (maturidade superior a um ano). Por exemplo, Obrigações do Tesouro (OT); empréstimos contraídos com base em acordos/contratos (credor e devedor).

Dívida flutuante

Instrumentos de Dívida de curto prazo, com maturidades de até um ano, emitidos pelo Tesouro do Estado para cobrir as necessidades de tesouraria.

Serviço da Dívida

Pagamento de juros, comissões e capital para amortização da dívida.

Amortização - é o reembolso parcial ou total do capital em dívida;

Comissões - são custos cobrados pelos serviços de elaboração de contrato e de engagements assumidos pelo credor no âmbito do acordo de empréstimo.

Juros - é o custo da utilização do capital alheio, tipicamente expresso em percentagem. A taxa de juro pode ser fixa, o que significa que permanece constante durante a maturidade do empréstimo ou variável, quando flutua durante o período de amortização da dívida.

Juros vencidos

Os juros vencidos são os juros relativos a um período de contagem já concluído.

Juros vincendos

Os juros vincendos são os juros que estão ainda por vencer.

Anuidade

Encargo anual de amortização de uma dívida ou reembolso de um empréstimo.

Bonificação de Juros

Subsídio pago pelo Estado a um organismo financeiro para permitir a este reduzir a taxa de juro dos empréstimos que concede a certos mutuários.

Taxa de juro implícita

A taxa de juro implícita representa a média ponderada do custo de financiamento de um agente económico. No caso da dívida pública, é calculada através do rácio entre o valor dos juros do ano e o valor do stock da dívida do ano anterior.

Período de carência

Período em que o mutuário não faz o reembolso da dívida, pagando somente os juros ou em que pode capitalizá-los.

Desembolsos

A transferência real de recursos financeiros, ou de bens ou serviços feitos pelo mutuante ao mutuário em cumprimento de obrigações acordadas no âmbito da implementação de um projeto ou programa.

Tipos de desembolsos

Reembolsos - numa ação previamente concertada, o credor autoriza o mutuário a realizar certas despesas para depois fazer o reembolso do montante pago pelo mesmo;

Pagamento direto - mediante um pedido formal da parte do mutuário, o credor paga diretamente ao fornecedor por uma fatura de fornecimento de bens ou serviço devidamente certificada;

Conta especial - quando é aberta uma conta especial no Banco Central e o credor alimenta a mesma. O mutuário utiliza o montante e justifica a utilização da tranche anterior para poder aceder a outras tranches de desembolsos;

Garantia - nas operações em que se exige uma garantia bancária, no âmbito da implementação do projeto, objeto do contrato financiado com empréstimos externos, o credor assume esta despesa.

Capital/Stock da dívida

É o montante desembolsado pelo credor ao mutuário, no âmbito de um contrato de crédito, ainda não restituído/reembolsado;

Fórmula simples de calcular o Stock: Stock inicial + Desembolsos-pagamentos + residuais (dívida contingente vencida, atrasados, etc.) obs.: neste caso o stock é calculado na moeda de contratação.

Fluxo Líquido de um empréstimo

Desembolsos menos o pagamento de capital.

Atrasados

Serviço da dívida ou outras transações vencidas e não pagas.

Refinanciamento

O refinanciamento é uma emissão de novas obrigações/compromissos para pagar o reembolso de uma emissão prévia de obrigações.

Roll-over

O roll-over é uma operação que consiste em estender um contrato financeiro para além da data de validade inicialmente fixado, ou seja, uma dívida em que o mutuário tem a opção de renovar o valor em dívida na data de vencimento.

Passivo Contingente

São obrigações que surgem de engagements diretos e/ou indiretos do Estado que poderão ocorrer ou não. Todavia, se se ocorrem, exige uma intervenção financeira imediata do Estado.

Passivo Contingente Explícito: são obrigações que decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado de uma forma direta, e que se elas forem acionadas, o Estado é chamado a honrá-las. Exemplo, avales concedidos às entidades públicas ou privadas;

Passivo Contingente Implícito: são obrigações que não decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado, mas que serão reconhecidas como tal, caso ocorrerem, exemplo: *default* contratual de uma entidade pública; ações de resgate e de recuperação de eventos de desastre; falência de alguma entidade Pública; custos provenientes de privatizações entre outros.

Alívio da Dívida

Diminuição do peso da dívida a país devedor através de reescalonamento ou por cancelamento parcial ou total do pagamento do serviço da dívida, mediante um acordo entre as partes envolvidas.

Reescalonamento da dívida

Renegociação do calendário de pagamento do serviço da dívida.

Sustentabilidade da dívida

O termo sustentabilidade da dívida é usado para designar a capacidade de um Estado de cobrir as suas responsabilidades contratuais, resultantes de acordo de empréstimo, sem pôr em causa a inteira estabilidade e a dinâmica da economia do país.

Análise de sustentabilidade

É um diagnóstico que se faz a um portfólio de dívida, num determinado período, para se concluir se esta é ou não sustentável. Mede o nível da dívida sobre o qual o país devedor é capaz de cumprir suas obrigações do serviço, presentes e futuros, sem recorrer a um alívio da dívida adicional ou reescalonamento da dívida ou acumulação de atrasos.

Rácio da dívida pública

O rácio da dívida pública é um indicador frequentemente utilizado para analisar a evolução e o risco da dívida pública. Mede a relação da dívida pública com o PIB, serviço da dívida com as receitas de do Estado e serviço da dívida externa com as receitas de exportação.

Títulos do Governo

Instrumentos Financeiros usados pelo Governo para obter fundos do mercado primário. Exemplo, bilhetes e obrigações do Tesouro.

Mercado Primário

O Mercado onde os investidores podem comprar primeiramente novos instrumentos financeiros emitidos.

Mercado Secundário

O Mercado onde os instrumentos financeiros são transacionados entre os detentores, e não diretamente com o emissor.

Ponto Base (p.b.)

Centésima de ponto percentual, i.e., 0,01%.

Reporte (Repo)

Operação que consiste na venda de títulos com acordo simultâneo de recompra desses mesmos títulos numa data futura pré-acordada, sendo o preço de recompra equivalente ao preço da transação inicial, acrescido de uma remuneração correspondente à taxa repo contratada. Trata-se de um empréstimo colateralizado com títulos.

Valor Nominal (VN)

Valor facial/inscrito dos títulos, sobre o qual são calculados os juros e que é reembolsado na data de maturidade.

Yield

Taxa de rendibilidade de um título de dívida.

Yield curve

Curva que evidencia a relação, num determinado ponto do tempo, entre as yields e o tempo para a maturidade de um conjunto de títulos de dívida, da mesma classe de risco.

Indexador

Índice de mercado utilizado para atualizar títulos ou contrato. O termo Indexador pode ser entendido como qualquer indicador de mercado que possa ser registrado numa estrutura Data/Valor.

Liquidez

Grau de agilidade na conversão de um investimento em dinheiro, sem perda significativa de valor. Um investimento tem maior liquidez, quanto mais fácil for a conversão em dinheiro e quanto menor for a perda de valor envolvida nesta transação.

Autofinanciamento

Financiamento dos investimentos com recursos próprios.

Défi ce

Saldo que assinala uma insuficiência dos rendimentos face aos encargos, ou dos recursos face às necessidades, no decurso de um determinado período.

Cupão

Parte destacável de um título representativa do direito do seu proprietário a receber um montante correspondente ao rendimento desse título. O cupão representa os juros de uma obrigação, o dividendo de uma acção ou o direito de subscrição ou de aquisição de acção num aumento de capital.

Dividendo

Parte dos lucros de uma sociedade de capitais atribuída a cada acionista. O termo de dividendo é frequentemente empregue, para designar a parte de lucros que reverte, em favor da pessoa detentora de um título que lhe dá o direito de participar deles.

Divisa

Moeda encarada por referência a outras (termo de técnica bancária popularizado pelas regulamentações de câmbios).

Financiamento

Conjunto dos métodos e dos meios de pagamento disponibilizados para a realização de um projeto económico.

Grau de execução

Indicador, expresso em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão (ou dotação corrigida) abatido de cativos.

Fonte: Glossário de termos das Finanças Públicas, Versão 1.0



**Ministério
das Finanças**

Direção Geral do Tesouro

www.mf.gov.cv

email: dgt.caboverde@mf.gov.cv